

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.348 - DF (2019/0259183-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : COMPANHIA DE GAS DO AMAZONAS - CIGAS  
**ADVOGADOS** : MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS E OUTRO(S) - AM005985  
FRANCISCO TULLIO DA SILVA MARINHO - AM00A901  
**RECORRIDO** : AMAZONAS ENERGIA S.A  
**OUTRO NOME** : AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**RECORRIDO** : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A  
**ADVOGADO** : CLEBER MARQUES REIS E OUTRO(S) - RJ075413  
**RECORRIDO** : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS  
**ADVOGADO** : RAFAEL DE MATOS GOMES DA SILVA E OUTRO(S) - DF021428

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por COMPANHIA DE GAS DO AMAZONAS - CIGAS, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios, que inadmitiu o recurso interposto contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. COMPETÊNCIA. PRECLUSÃO. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. AUSÊNCIA.

I - Evidenciado que o mandado de segurança foi redistribuído a esta Relatoria ante a existência de prevenção, rejeita-se a preliminar de nulidade da decisão agravada por violação ao princípio do juiz natural.

II - O mandado de segurança contra ato judicial é cabível apenas quando não houver possibilidade de impugnação da decisão por recurso e, ainda, tratar-se de pronunciamento manifestamente ilegal ou teratológico.

III - O fato de a decisão sobre competência não estar incluída no rol do art. 1.015 do CPC não gera preclusão, pois a questão poderá ser suscitada em preliminar de apelação ou nas contrarrazões, art. 1.009, §1º, do CPC.

IV - Ausente a teratologia ou ilegalidade do ato judicial impugnado, inadmissível o mandado de segurança.

V - Agravo interno desprovido" (fl. 537e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

ART. 1.022 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO.

I - O acórdão não contém nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC, e os embargos de declaração não se prestam para o reexame de matéria julgada.

II - Para fins de prequestionamento, basta que a matéria seja efetivamente examinada no Tribunal de origem, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, art. 1.025 do CPC.

III - Embargos de declaração desprovidos" (fl. 570e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação do acórdão recorrido aos seguintes dispositivos e respectivas teses:

(a) 489, § 1º, VI, e 1.022 do CPC/2015 - omissão e ausência de fundamentação ao não se manifestar sobre a violação das regras de competência e conexão (art. 55, §§ 1º e 3º, do CPC/2015), uma vez que a ação originária não poderia ter sido distribuída por prevenção a ação diversa dos autos que tramitam perante a 14ª Vara Cível de Brasília (fls. 586/587e); o aresto recorrido também foi omissor "quanto aos argumentos apresentados pela CIGÁS, especialmente no tocante i) à inutilidade da via recursal prevista no CPC/2015 para decisões que não estão expressamente indicadas no rol do art. 1.015; e ii) às razões pelas quais não identificou a manifesta ilegalidade do ato impugnado" (fl. 589e); e

(b) 3º, 4º e 8º do CPC/2015 - a ação de mandado de segurança é a medida adequada e indubitosa para recorrer da decisão de saneamento proferida na origem, considerando a urgência e a necessidade de que a questão relativa à competência seja resolvida imediatamente (fls. 592/593e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Sem as contrarrazões (fl. 622e), foi dado seguimento ao Recurso Especial (fls. 623/624e).

A irresignação, todavia, não merece acolhimento.

Inicialmente, em relação aos arts. 489, § 1º e IV, e 1.022, parágrafo único, II, ambos do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Com efeito, sobre as teses tidas por omissas e ausentes de fundamentação, a Corte de origem assim se manifestou:

"A primeira omissão alegada, ao se examinar a preliminar de nulidade

da decisão por violação ao princípio do juiz natural, não procede. Os arts. 55, §3º, do CPC e 81, §1º, do RITJDFT fundamentaram a decisão desta Relatoria para firmar a competência neste mandado de segurança. A pretensão da embargante-agravante, nesse ponto, é de reexame da questão, a fim de que o pronunciamento judicial se coadune à sua tese, de 'incorreta aplicação e de inaplicabilidade' desses dispositivos para fins de distribuição deste mandamus.

Transcrevo o trecho do acórdão que examinou a matéria:

'Da nulidade da decisão agravada - violação ao princípio do juiz natural

Na certidão expedida pelo Serviço de Autuação de Processos Originários deste Tribunal, foi identificado o MS nº 0702987-06, distribuído a esta Relatoria, para fins de exame de prevenção (id. 5417948).

No r. despacho de id. 5446367, o e. Des. Sandoval Oliveira determinou a redistribuição do presente mandado de segurança a esta Relatoria, tendo em vista a prevenção, em conformidade com a regra do art. 81 do RITJDFT.

A competência foi firmada por esta Relatoria, com base no art. 55, §3º, do CPC e art. 81, §1º, do RITJDFT, pois, dos mandados de segurança anteriormente distribuídos (MSG 0702987-06 e MSG 0713037-91), verificou-se que envolvem as mesmas partes nas ações originárias e a mesma controvérsia de direito submetida ao Tribunal, qual seja, cabimento de impetração de mandado de segurança contra decisão judicial que se pronuncia sobre preliminar de incompetência.

Registre-se ainda que, na decisão que rejeitou os embargos de declaração, também foi assentado que 'a conexão foi reconhecida em razão da similitude das partes e da matéria objeto do mandado de segurança - cabimento contra ato judicial que versa sobre competência - e não em relação às lides originárias, em cujos processos foram proferidas as decisões que geraram os referidos mandamus. E, tratando-se de distribuição por prevenção relativa a ações de competência originária do Segundo Grau, o fato de uma delas já ter sido julgada não atrai a hipótese do §1º do art. 55 do CPC, como defende a embargante-impetrante. Em consequência, conclui-se que a decisão embargada não violou o art. 489, §1º, inc. IV, do CPC nem o art. 5º, inc. LIII, da CF" (id. 6215459, págs. 3).

Isso posto, rejeito a preliminar de nulidade da decisão agravada.' (id. 7847282, pág. 4)

Quanto à suposta omissão do acórdão, ao manter a decisão desta Relatoria de inadmissibilidade do mandado de segurança, por inadequação da via eleita, também não procede a alegação. A matéria foi minuciosamente examinada no acórdão e, mais uma vez, a pretensão da embargante-agravante é de reexame do mérito recursal, cujo julgamento lhe foi desfavorável, o que é inadmissível em sede de embargos de declaração, observados os estritos limites do art. 1.022 do CPC.

Além disso, é necessário registrar que o precedente invocado pela embargante-agravante, proferido pelo e. STJ no REsp 1.704.520/MT sob o rito dos recursos repetitivos, não tem incidência na presente controvérsia, visto que a tese jurídica nele fixada - taxatividade mitigada do art. 1.015 do CPC - somente se aplica às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do respectivo acórdão, ocorrida em 19/12/18, e a r. decisão do MM. Juiz que rejeitou a preliminar de incompetência relativa, impugnada no mandado de segurança, foi proferida em 02/04/18, id. 5413690, págs. 1/2 (e dos embargos de declaração dela opostos em 15/05/18, id. 5603932, pág. 1).

Ainda, para que não haja dúvidas quanto à ausência de omissão no exame da inadmissibilidade do presente mandado de segurança, transcrevo o seguinte trecho da r. decisão:

'Do cabimento do mandado de segurança

Da análise dos autos, vê-se que o mandado de segurança foi impetrado contra r. decisão interlocutória que, em ação cominatória (proc. nº 2013.01.1.040540-0) proposta pela Petrobrás contra Companhia de Gás do Amazonas - Cigás (ora impetrante), Amazonas Energia e Eletrobrás (id. 5413533, págs. 2/16), reconheceu a validade da cláusula de eleição de foro e rejeitou a preliminar de incompetência territorial suscitada em contestação (id. 5413533, págs. 5/9 e id. 5413690, págs. 1/2) A jurisprudência adota o entendimento de que o mandado de segurança contra ato judicial é cabível apenas quando não houver possibilidade de impugnação da decisão por recurso e, ainda, quando o pronunciamento for manifestamente ilegal ou teratológico, in verbis:

(...)

'Assim, decisões judiciais, como regra, são impugnadas por recurso. Havendo circunstância excepcional, que represente desconformidade teratológica com a ordem jurídica, admite-se o mandado de segurança.

Com a vigência do CPC/2015 e o rol de cabimento do agravo de instrumento, determinadas decisões interlocutórias ficaram sem previsão de recurso para sua impugnação imediata, sendo a decisão sobre a competência, uma dessas hipóteses. A agravante - impetrante afirma que, antes da impetração, interpos o agravo de instrumento da r. decisão que rejeitou a preliminar de incompetência (AI 0709810-59), o qual não foi conhecido pelo Relator, e. Des. Alfeu Machado, ante a sua inadmissibilidade, arts. 932, inc. III e 1.015, ambos do CPC (id. 5413530).

No entanto, o fato de não haver previsão de recurso para impugnação imediata da decisão não gera a preclusão da questão, podendo ser suscitada em preliminar de apelação ou nas contrarrazões, conforme disciplina o art. 1.009, §1º, do CPC.

A agravante - impetrante alega, nesse ponto, que o exame da questão relativa à competência apenas na apelação ou em contrarrazões não lhe será útil, ante a dificuldade de acesso ao Judiciário, pois os autos originários são físicos, o seu corpo jurídico é reduzido, com apenas três Advogados, e sua sede está localizada em Manaus/AM. No entanto, tal argumento não tem amparo nos autos, especialmente se observado o porte econômico da agravante - impetrante, os valores vultosos envolvidos nos contratos em litígio e as peças processuais produzidas no exercício da sua ampla defesa. Essa, aliás, também foi a conclusão exposta pelo MM. Juiz na r. decisão impugnada, ao afirmar que 'a CIGÁS é uma sociedade de economia mista do Estado do Amazonas, que, com exclusividade, explora o serviço de gás canalizado.

(...) Por outro lado, pelo seu porte, em que pese ser inferior ao da autora [Petrobrás], também não se verifica grave inviabilidade de seu acesso ao Judiciário no DF' (id. 5413690, págs. 1/2)'.

Desse modo, admitir o presente mandado de segurança fundamentado no não cabimento do agravo de instrumento significa, em última análise, desvirtuar a sua utilização, pois as questões que não se

sujeitam à preclusão devem ser suscitadas no momento processual adequado.

Nesse sentido, a Súmula 267 do STF estabelece que 'não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição'.

Portanto, ausente a teratologia ou ilegalidade do ato judicial impugnado, é inadmissível a impetração do mandado de segurança, pois essa ação, de índole constitucional, não é sucedâneo recursal, evidenciando-se a inadequação da via eleita.' (id. 7847282, págs. 1/6)

No que se refere à alegada omissão do acórdão no exame da ilegalidade da decisão do MM. Juiz objeto do mandado de segurança, evidentemente não procede, pois esse era o mérito da impetração, o qual ficou prejudicado diante do indeferimento da petição inicial e extinção do processo, sem resolução da lide, nos termos dos arts. 6º, §5º e 10, caput, da Lei 12.016/09, e arts. 330, inc. III, e 485, incs. I, do CPC" (fls. 539/542e).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Nesse sentido:

"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. O Plenário do STJ, na sessão de 09.03.2016, definiu que o regime recursal será determinado pela data da publicação da decisão impugnada (Enunciado Administrativo n. 2/STJ). Logo, no caso, aplica-se o Novo CPC/2015.

**2. De acordo com a norma prevista no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão recorrida ou erro material.**

**3. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado**

**enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.**

4. Considerando que os embargos declaratórios vertentes são os primeiros opostos pela ora embargante, não há se falar em intuito manifestamente protelatório a ensejar a multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Novo CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.087.921/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Argumenta-se que as questões levantadas no agravo denegado, capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada monocraticamente, não foram analisadas pelo acórdão embargado (art. 489 do CPC/2015).

Entende-se, ainda, que o art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 veda ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

**3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.**

4. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 03/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. TRIBUTÁRIO. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS.

1. 'Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram

suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte' (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 12.12.1994).

2. A análise da legislação local, a fim de que se verifique a regularidade da notificação por meio de edital e a legitimidade da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Anúncios, é obstada, por analogia, pelo disposto na Súmula 280/STF, segundo a qual: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.'

3. No que se refere à cognição acerca da existência de efetiva notificação acerca do tributo cobrado, bem como do regular exercício do poder de polícia, tal providência está atrelada aos aspectos fático-probatórios da causa, cujo reexame é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Por fim, considerando que a cobrança da Taxa de Fiscalização de Anúncios efetuada pelo Município de Belo Horizonte/MG tem por fundamento o exercício do poder de polícia – cuja constitucionalidade tem sido reiteradamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal: AI-AgR 618.150/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 27.4.2007; AI-AgR 554.508/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 4.8.2006; AI-AgR 445.467/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 19.12.2003; RE 216.207/MG, 1ª Turma, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 25.6.1999 –, mostra-se irrelevante qualquer discussão acerca dos requisitos que fundamentam a cobrança de taxa decorrente da 'utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição' (art. 77 do CTN).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008).

Quanto ao mais, importa considerar que a ação mandamental foi impetrada contra decisão judicial, a qual rejeitou preliminar de incompetência relativa em razão da existência de cláusula de eleição de foro reputada válida.

O Tribunal de origem denegou a segurança, com indeferimento da petição inicial, concluindo pela inadequação da via eleita como sucedâneo recursal, **in verbis**:

"Assim, decisões judiciais, como regra, são impugnadas por recurso.



Havendo circunstância excepcional, que represente desconformidade teratológica com a ordem jurídica, admite-se o mandado de segurança. Com a vigência do CPC/2015 e o rol taxativo de cabimento do agravo de instrumento, determinadas decisões interlocutórias ficaram sem previsão de recurso para sua impugnação imediata, sendo a decisão sobre a competência, uma dessas hipóteses.

Importante ressaltar que o fato de não haver previsão de recurso para impugnação imediata da decisão não gera a preclusão da questão, podendo ser suscitada em preliminar de apelação ou nas contrarrazões, conforme disciplina o art. 1.009, §1º, do CPC.

Admitir o mandado de segurança fundamentado no não cabimento do agravo de instrumento significa, em última análise, desvirtuar a sua utilização, pois as questões que não se sujeitam à preclusão devem ser suscitadas em momento adequado.

Nesse sentido, a Súmula 267 do STF estabelece que 'não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição'.

Portanto, ausente a teratologia ou ilegalidade do ato judicial impugnado, é inadmissível a impetração de mandado de segurança, pois essa ação, de índole constitucional, não é sucedâneo recursal.

Sobre a questão, transcrevo jurisprudência das Câmaras Cíveis deste e. Tribunal:

(...)

Registre-se por fim que a não recorribilidade imediata das questões não previstas no rol do art. 1.015 do CPC ou por meio do mandado de segurança decorre do ordenamento jurídico vigente. Portanto, não se cogita de violação aos princípios do Juiz natural, do devido processo legal, da ampla defesa, da celeridade, da economia e ao direito de acesso à Justiça.

Em conclusão, evidencia-se a ausência de interesse processual, ante a manifesta inadequação da via eleita, o que impõe o indeferimento da inicial" (fls. 481/484e).

Com efeito, em atenção ao enunciado da Súmula 267/STF, em regra, é incabível Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso.

Ademais, a Segunda Turma do STJ, ao julgar recurso em situação análoga, concluiu que, "ainda que do ato judicial tido como coator, na nova sistemática do CPC/2015, não caiba o recurso previsto no art. 1.015, nos exatos termos do art. 1.009, § 1º, as questões decididas na fase de conhecimento que não comportarem Agravo de Instrumento não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de Apelação, ou nas

contrarrazões, incidindo, portanto, o teor da Súmula 267/STF: 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição' (STJ, RMS 54.969/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/10/2017).

Destaca-se ainda que "a utilização do mandado de segurança para impugnar decisão judicial só tem pertinência em caráter excepcionalíssimo, quando se tratar de ato manifestamente ilegal ou teratológico" (STJ, AgInt no MS 23.896/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 14/06/2018).

Na hipótese, contudo, não se verifica a ocorrência de decisão judicial manifestamente ilegal ou teratológica, tampouco a existência de direito líquido e certo amparável por Mandado de Segurança, na medida em que a parte recorrente poderia ter interposto Agravo de Instrumento afirmando a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação, nos termos da jurisprudência desta Corte, ou então suscitar a questão em preliminar de Apelação, ou mesmo, Contrarrazões à Apelação, consoante disposição do art. 1.009, § 1º, do CPC/2015.

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as 'situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação'.

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da

majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

**6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.**

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade com interpretação restritiva serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, eis que somente se cogitará de preclusão nas hipóteses em que o recurso eventualmente interposto pela parte tenha sido admitido pelo Tribunal, estabelece-se neste ato um regime de transição que modula os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica somente seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que tange à competência.

9- Recurso especial conhecido e provido" (STJ, REsp 1.704.520/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe de

19/12/2018).

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL PASSÍVEL DE IMPUGNAÇÃO DIFERIDA. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. RESP Nº 1704520/MT E ART. 1.009, § 1º, DO CPC/15. SÚMULA 267, DO STF. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO TERATOLÓGICA.

1. 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição', nos termos da Súmula nº 267, do STF.

2. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, sendo passível de recurso/correição, por ocasião da apelação ou contrarrazões, conforme disposição contida no artigo 1.009, § 1º, do CPC/15, e não havendo teratologia, não pode ser a decisão impugnada via mandado de segurança, sob pena de ineficácia do comando legal e, consequentemente, inversão da finalidade do novo Código Processual Civil.**

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no RMS 59.470/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 10/05/2019).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RECORRENTE.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que o mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, sendo descabido o seu manejo contra ato judicial recorrível. Precedentes.

2. **Nos termos da jurisprudência desta Corte, o mandado de segurança não se presta para amparar a revisão de ato de natureza jurisdicional, salvo situação excepcional, em que ficar cabalmente evidenciado o caráter teratológico da medida impugnada, o que não se vislumbra na hipótese sub judice.**

3. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no RMS 53.568/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 05/08/2019).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL INTERLOCUTÓRIA. ARTS. 1.009, § 1º E 1.015 DO CPC/2015. SÚMULA 267/STF. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA OU

MANIFESTA ILEGALIDADE. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS, EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO A QUE ESTIVER VINCULADO O MINISTÉRIO PÚBLICO, AUTOR DA AÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 232/STJ. INAPLICABILIDADE DO ART. 91 DO CPC/2015. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA IMPROVIDO.

I. Recurso em Mandado de Segurança interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado contra decisão judicial que, em sede de ação civil pública, promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, determinara aos réus, ora impetrantes, o custeio do valor referente ao adiantamento dos honorários periciais.

O Tribunal de origem denegou a segurança, com indeferimento da petição inicial, concluindo pela inadequação do Mandado de Segurança, impetrado como sucedâneo recursal.

**III. A Segunda Turma do STJ, ao julgar recurso em situação análoga, concluiu que, "ainda que do ato judicial tido como coator, na nova sistemática do CPC/2015, não caiba o recurso previsto no art. 1.015, nos exatos termos do art. 1.009, § 1º, as questões decididas na fase de conhecimento que não comportarem Agravo de Instrumento não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de Apelação, ou nas contrarrazões, incidindo, portanto, o teor da Súmula 267/STF: 'Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição' (STJ, RMS 54.969/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/10/2017).**

IV. Ademais, na forma da jurisprudência do STJ, 'a utilização do mandado de segurança para impugnar decisão judicial só tem pertinência em caráter excepcionalíssimo, quando se tratar de ato manifestamente ilegal ou teratológico' (STJ, AgInt no MS 23.896/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 14/06/2018).

V. Na hipótese, contudo, não se verifica a ocorrência de decisão judicial teratológica, tampouco a existência de direito líquido e certo, amparável por Mandado de Segurança, na medida em que a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.253.844/SC, submetido ao rito

do art. 543-C do CPC/73 (art. 1.036 do CPC/2015), firmou entendimento no sentido de que, em sede de ação civil pública, promovida pelo Ministério Público, o adiantamento dos honorários periciais ficará a cargo da Fazenda Pública a que está vinculado o Parquet, pois não é razoável obrigar o perito a exercer seu ofício gratuitamente, tampouco transferir ao réu o encargo de financiar ações contra ele movidas, aplicando-se, por analogia, a orientação da Súmula 232/STJ: 'A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito'. No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.702.151/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/06/2018; AgInt no REsp 1.426.996/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/03/2018; AgInt no REsp 1.420.102/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 30/03/2017; REsp 1.582.602/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/09/2016; AgRg no AREsp 600.484/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/04/2015.

VI. Consoante a jurisprudência do STJ, 'não se sustenta a tese de aplicação das disposições contidas no art. 91 do Novo CPC, as quais alteraram a responsabilidade pelo adiantamento dos honorários periciais; isto porque a Lei 7.347/1985 dispõe de regime especial de custas e despesas processuais, e, por conta de sua especialidade, a referida norma se aplica à Ação Civil Pública, derogadas, no caso concreto, as normas gerais do Código de Processo Civil' (STJ, RMS 55.476/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017). Em igual sentido: STJ, AgInt no RMS 56.454/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/06/2018.

VII. Recurso em Mandado de Segurança improvido" (STJ, RMS 57.129/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2019).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 83/STJ, **in verbis**: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". ato judicial passível de recurso ou correção".

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em face do exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, **II**, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, já que, conforme orientação fixada pela Súmula 105/STJ, não é admitida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Mandado de Segurança.

I.

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora